



Anais da Assembléia

Nº 09

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fôrtes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 19/79

Curitiba, 06 de março de 1979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura", código TC-1500, fixando novos vencimentos aos cargos integrantes das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, consubstancia o resultado de criteriosos estudos que tiveram em mira um melhor equacionamento do Grupo Ocupacional em causa e que foram realizados conjuntamente pela Pasta dos Recursos Humanos e pelas Secretarias de Estado em cujas lotações numéricas de pessoal figurem cargos de tal natureza.

Certo de que a proposição submetida a apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura — TC-1500, deixa de pertencer a sistemática constante da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, passando a ser regi-

do na forma prevista nesta lei.

Art. 2.º — A estrutura das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de que trata esta lei, incluídos os cargos das Autarquias, fica assim estabelecida:

CARREIRA	CLASSE	Nº DE CARGOS
Engenheiro Civil	1ª	15
Engenheiro Civil	2ª	22
Engenheiro Civil	3ª	30
Engenheiro Civil	4ª	39
Engenheiro Civil	5ª	47
Engenheiro Químico	1ª	3
Engenheiro Químico	2ª	4
Engenheiro Químico	3ª	6
Engenheiro Químico	4ª	7
Engenheiro Químico	5ª	9
Engenheiro Florestal	1ª	1
Engenheiro Florestal	2ª	1
Engenheiro Florestal	3ª	1
Engenheiro Florestal	4ª	1
Engenheiro Florestal	5ª	1
Engenheiro Mecânico	1ª	1
Engenheiro Mecânico	2ª	1
Engenheiro Mecânico	3ª	1
Engenheiro Mecânico	4ª	1
Engenheiro Mecânico	5ª	1
Engenheiro Eletricista	1ª	1
Engenheiro Eletricista	2ª	1
Engenheiro Eletricista	3ª	1
Engenheiro Eletricista	4ª	1
Engenheiro Eletricista	5ª	1
Arquiteto	1ª	1
Arquiteto	2ª	1
Arquiteto	3ª	1
Arquiteto	4ª	1
Arquiteto	5ª	1
Engenheiro Agrônomo	1ª	6
Engenheiro Agrônomo	2ª	9
Engenheiro Agrônomo	3ª	12
Engenheiro Agrônomo	4ª	14
Engenheiro Agrônomo	5ª	18

Art. 3.º — Os ocupantes de cargos das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura ficam sujeitos a uma jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, em dois turnos diários.

Parágrafo único — Os funcionários enquadrados nos termos desta lei ficam impedidos da percepção das gratificações de que tratam os incisos II, III, VIII e X, do artigo 172, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, sendo-lhes, igualmente, proibido o exercício de qualquer atividade de natureza particular.

Art. 4.º — Ficam fixados em Cr\$ 28.392,00, em Cr\$ 25.552,00, em Cr\$ 22.996,00, em Cr\$ 20.696,00, em Cr\$ 18.396,00, os vencimentos respectivamente, das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª classes das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional

de que trata esta lei.

Art. 5.º — Os ocupantes efetivos de níveis 25 e 26 das carreiras transformadas na forma do artigo 2.º da presente lei, ficam enquadrados na 5a. classe e os do nível 27 enquadrados na 4a. classe.

Art. 6.º — No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo de opção previsto no art. seguinte, o Poder Executivo, na conformidade do disposto no art. 41, da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, baixará decreto redistribuindo os integrantes das carreiras do Grupo Ocupacional de Engenharia e Agricultura, nas vagas previstas, pelo critério de antiguidade e merecimento, e aplicando, posteriormente a esta medida de caráter especial, o instituto de promoção nos precisos termos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 7.º — Os ocupantes de cargos das carreiras atingidas por esta lei, poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado dos Recursos Humanos, optar pelo ingresso na nova estrutura, por decreto de enquadramento, sujeitando-se aos impedimentos e jornada de trabalho estabelecidos.

Parágrafo único. Os que não optarem, permanecerão na situação anterior e passarão a integrar a parte suplementar do Quadro Único do Pessoal Civil do Estado.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 20/79

Curitiba, 06 de março de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 15 de fevereiro de 1979, entre o Governo do Estado e o Município de ICARAÍMA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da mesma, ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 21/79

Curitiba, 06 de março de 1979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 15 de fevereiro de 1979, entre o Governo do Estado e o Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

MENSAGEM N.º 22/79

Curitiba, 06 de março de 1979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios adiante especificados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios:

Data do Aditivo	Município
15/02/79	Araruna
15/02/79	Jardim Olinda
15/02/79	Lobato
15/02/79	Lupionópolis

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 23/79

Curitiba, 06 de março de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre autorização para permuta do lote n.º 6, da Quadra n.º 8, do Perímetro da Cidade de Guaraniáçu, pelo lote n.º 5, da mesma quadra, sendo o primeiro de propriedade do Estado do Paraná e o segundo de propriedade do Município de Guaraniáçu.

A permuta de imóveis cuja autorização para efetivação constitui objeto do plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Lei, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, além de atender solicitação do Senhor Prefeito que, para tal, conta com lei municipal autorizatória, visa regularizar a situação dos referidos lotes, o que é necessário, uma vez que, no lote pertencente ao município foi construída casa residencial destinada à moradia do Senhor Juiz de Direito da Comarca.

Certo de que o plano de lei ora encaminhado a essa colenda Casa, merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o lote n.º 6, da Quadra 8, do Perímetro Urbano da cidade de Guaraniáçu, com a área de 474,00 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 16.257, do Livro 3-T, fls. 60, da Comarca de Laranjeiras do Sul, pelo lote n.º 5, da mesma quadra, com a área de 451,50 m², de propriedade do Município de Guaraniáçu, conforme transcrição n.º 8.434, do Livro 3-K, fls. 288, da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 24/79

Curitiba, 06 de março de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo reverter, mediante doação, ao Município de Cascavel, uma área de terras contendo 6.015 m², denominada lote 5-D, da Quadra D, do loteamento ADRIANA,

do referido município.

A área de terras cuja autorização para doação é objetivada através do plano de lei ora encaminhado a essa augusta Assembleia Legislativa, foi doada ao Estado do Paraná, pelo Município de Cascavel, com a específica destinação de nela ser construído prédio para sediar a Circunscrição de Trânsito—CIRETRAN.

Ocorre que, o prédio da CIRETRAN de Cascavel, construído, pela Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, ocupou outro imóvel, sendo, portanto, justa e oportuna a reversão ora proposta.

Certo de que o plano de lei ora submetido a essa colenda Casa de Leis merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cascavel, uma área de terras contendo 6.015,00 m² denominada lote n.º 5-D (cinco "D"), da quadra "D", do loteamento ADRIANA, da cidade de Cascavel, área essa adquirida pelo Estado do Paraná, do referido município, por escritura pública de doação lavrada no Livro n.º 155 JB., fls. 095, matrícula n.º 750, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 25/79

Curitiba, 06 de março de 1979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 02/79, celebrado em 22 de janeiro de 1979, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado de Santa Catarina, o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — SUDESUL, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina — BADESC e o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — BADEP, visando a mútua colaboração para o desenvolvimento coordenado do Setor Metal-Mecânico da Região Sul.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 26/79

Curitiba, 06 de março de 1979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 03/79, celebrado em 22 de janeiro de 1979, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado de Santa Catarina, o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE,

objetivando a realização dos estudos definidos do Plano de Operações do Programa de Agroindústria da Região Sul.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 27/79

Curitiba, 06 de março de 1979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 04 de janeiro de 1979, ao convênio celebrado em 07 de julho de 1978, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a concessão de auxílio financeiro do Estado, para aplicação em ações de emergência destinadas a minorar os efeitos da estiagem.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 28/79

Curitiba, 06 de março de 1979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílios e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa:

Município e n.º do Convênio	Data da celebração
Indianópolis - 08/79 - SEPL	15/02/79
Matinhos - 11/79-SEPL	07/02/79
Paulo Frontin - 13/79-SEPL	08/02/79
Guairacá - 18/78 - SEPL	13/02/79
Santa Cruz do Monte Castelo - 23/79 - SEPL	14/02/79
Ipiranga - 28/79 - SEPL	07/02/79
Piñen - 34/79 - SEPL	15/02/79
Terra Rica - 35/79 - SEPL	21/02/79
Guapirama - 36/79 - SEPL	08/02/79
Lobato - 37/79 - SEPL	22/02/79
Matinhos - 38/79 - SEPL	20/02/79
Morretes - 39/79 - SEPL	19/02/79
Quitandinha - 40/79 - SEPL	15/02/79
Itambaracá - 41/79 - SEPL	20/02/79
Itambé - 42/79 - SEPL	14/02/79
Congonhinhas - 43/79 - SEPL	19/02/79
Cafelândia - 44/79 - SEPL	21/02/79
Cruzeiro do Oeste - 46/79 - SEPL	21/02/79
Francisco Alves - 47/79 - SEPL	20/02/79
Quinta do Sol - 48/79 - SEPL	21/02/79

Inajá - 52/79 - SEPL	21/02/79
Japira - 55/79 - SEPL	22/02/79
Querência do Norte - 62/79 - SEPL	22/02/79
Guairaçá - 64/79 - SEPL	21/02/79
Barbosa Ferraz - 66/79 - SEPL	21/02/79

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30/79, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO, os Projetos de Lei números: 55/78: Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que acresce parágrafo único com redação que especifica, ao Artigo 143, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, o qual convertido em Lei tomou o número 7.071.— **Agradeça-se.**

190/78: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de Lei, que objetiva reajustar os valores constantes das tabelas integrantes da Lei número 6.972, que dispõe sobre a taxa de Segurança Pública, o qual convertido em Lei tomou o número 7.072.— **Agradeça-se.**

197/78: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de Lei que visa dar nova redação ao artigo 75, da Lei número 5.849, de 25/12/68. (vencimentos dos membros do Ministério Público), o qual convertido em Lei tomou o número 7.073.— **Agradeça-se.**

119/78: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Boca Maldita, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.075.— **Agradeça-se.**

189/78: Do Poder Executivo, que objetiva a criação de cargos que especifica, na Junta Comercial do Paraná, e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7.076.— **Agradeça-se.**

196/78: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva reestruturar o quadro próprio do corpo instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 7.077.— **Agradeça-se.**

204/78: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito especial ao orçamento geral do Estado, no valor de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a atender despesas com Fundo Estadual de Previdência Parlamentar (FEPPA), o qual convertido em Lei tomou o número 7.079.— **Agradeça-se.**

200/78: Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao “caput” do artigo 87, da Lei Complementar n.º 03, de 14/05/74, (Estatuto da Polícia Civil do Estado), o qual convertido em Lei tomou o número 08/79.— **Agradeça-se.**

97/78: Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de Utilidade Pública o “Serviço Paroquial de Promoção Huma-

na”, com sede e foro na cidade de Lindianópolis, Município de Jardim Alegre, o qual convertido em Lei tomou o número 7.078.— **Agradeça-se.**

50/78: Do Senhor Deputado José Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública o Instituto Pio XII, com sede na cidade de Quadro Barras, com forum nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.080.— **Agradeça-se.**

56/78: Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Distrito de São Jorge — ACMA, com sede no Município de Altônia, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 7.081.— **Agradeça-se.**

98/78: Do Sr. ex-Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de Utilidade Pública a “Associação Casa de Emaús”, com sede na cidade de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o número 7.082.— **Agradeça-se.**

116/77: Do Senhor Deputado Nelson Buffara, que declara de Utilidade Pública, o Lar Fabiano de Cristo, entidade mantenedora da Casa Assistencial Colméia Natálio Liberato, da cidade de Antonina, o qual convertido em Lei tomou o número 7.083.— **Agradeça-se.**

43/78: Do Senhor Deputado David Federmann, que declara de Utilidade Pública a Casa Transitória Fabiana de Jesus, com sede em Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7.084.— **Agradeça-se.**

142/76: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Acadêmica de Karatê e Artes Marciais, com sede em Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o número 7.085.— **Agradeça-se.**

128/78: Do Senhor Deputado Jurandir Messias, que declara de Utilidade Pública a “Comunidade Evangélica Luterana Santa Cruz”, com sede na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7.086.— **Agradeça-se.**

93/78: Do Senhor Deputado Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, da cidade de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o número 7.087.— **Agradeça-se.**

90/78: Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública o Lar Bom Pastor, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.088.— **Agradeça-se.**

94/78: Do Senhor Deputado Wilson Froles, que declara de Utilidade Pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Ana Nery”, da cidade de Alto Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 7.089.— **Agradeça-se.**

109/78: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Bem Estar ao Menor de Barracão e Dionísio Cerqueira, com sede na cidade de Barracão, o qual convertido em Lei tomou o número 7.090.— **Agradeça-se.**

125/76: Do Senhor Deputado Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Lar Belém, com sede e foro no Município de Nova Santa Rosa, o qual convertido em Lei tomou o número 7.091.— **Agradeça-se.**

129/78: Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que declara

de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Esperança, com sede na cidade de Nova Esperança, o qual convertido em Lei tomou o número 7.092.— Agradeça-se.

126/78: Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaíba, APAE, com sede e foro na cidade de Paranaíba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.093.— Agradeça-se.

07/78: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Fundação Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração com sede no Município de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o número 7.094.— Agradeça-se.

99/78: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Alcides Nunes Guimarães, o qual convertido em Lei tomou o número 7.095.— Agradeça-se.

Sob o n.º 022/79, do Senhor Jacy Miguel Scanagatta, Presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, atendendo solicitação do Senhor Geraldo Batista Chaves, Prefeito Municipal de Céu Azul, em Assembléia Geral Ordinária daquela Associação realizada no dia 28 do mês próximo passado, vem mui-respeitosamente, apelar para que seja discutida em ato desta Casa Legislativa a possibilidade de aprovar a Emancipação Política do Distrito de Vera Cruz do Oeste.— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, VOTO DE CONGRATULAÇÕES, ao DD. Prefeito Municipal de Curitiba, Engenheiro Saul Raiz, pela proficiência de sua administração e pela realização das obras de vulto que dotavam Curitiba, de estrutura compatível com as maiores e mais desenvolvidas cidades do Brasil.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento, do inteiro teor, deste requerimento, ao homenageado, incluindo-se o pronunciamento que ao requerimento anexa.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1979.

(a) Tuguio Setogutte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, um voto de aplausos e congratulações, aos Senhores JAYME CANET JÚNIOR, Governador do Estado e FERNANDO FONTANA, Secretário de Estado, pela feliz iniciativa de nominar os novos edifícios do Centro Cívico, com os ex-Governadores Affonso Alves de Camargo e Caetano Munhoz da Rocha, justa homenagem aos dois homens ilustres do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1979.

(a) Domício Scaramella.

JUSTIFICATIVA:

É das mais justas a homenagem que está se prestando aos ex-Governadores Affonso Alves de Camargo e Caetano Munhoz da Rocha, homens ilustres e empreendedores, verdadeiros pioneiros no desbravamento do nosso Estado. A lembrança do atual Governo, em inserir seus nomes significa o re-

conhecimento e o prestigiamto dos seus governantes paranaenses, que não podem permanecer no esquecimento da opinião pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Dr. RENATO JOHNSON, MD. Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando seja instalado na localidade de Palmeirinha, Município de Itaipava d'Oeste, uma cabine telefônica.

Requer, outrossim, que do presente, dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1979.

(a) Deni Schwartz.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 11/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade — CEMIC —, com sede no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1979.

(a) Edilson Alencar.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa declarar de utilidade pública do Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade CEMIC — de Assis Chateaubriand.

A entidade presta efetivos e relevantes serviços à comunidade, principalmente satisfazendo a finalidade pela qual foi criada que é, o atendimento de menores de 18 (dezoito) anos de idade, carentes de recursos para sua manutenção.

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, presta atualmente serviços a aproximadamente cem crianças pobres de Assis Chateaubriand, relacionados com a educação, saúde, alimentação, etc.

Justifica-se, portanto, o presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra, com satisfação, a presença no Plenário, do Deputado federal Sebastião Rodrigues, bem como a presença do Sr. Antônio Estelito de Lima, Vereador de Salto do Itararé.

Dentro do horário do Pequeno Expediente, a Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte, inscrito.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“Tivemos ontem a oportunidade de assistir a inauguração do Estádio Municipal Iguazu de Beisebol. Esse evento coroou justa aspiração dos aficionados deste esporte, que tornou-se realidade, graças ao trabalho incansável de seu Presidente, Deputado Federal Antônio Bueno.

Está, portanto, concluído o segundo estádio da Nação, desta modalidade esportiva, vindo engrandecer ainda mais a Capital do Estado do Paraná.

Sabe-se que, posteriormente, será realizada a iluminação dessa praça de esportes, proporcionando a oportunidade para o desenvolvimento de atividades esportivas noturnas. Somente o evento em si, justificaria nossa presença na tribuna, acrescentando-se ainda, o fato de termos sido praticantes e hoje, aficionados desta modalidade a qual, pretendemos apoiar e incentivar.

A par de tudo, deve-se notar que o beisebol é o esporte mais divulgado e praticado nos Estados Unidos da América do Norte, bem como em países das Américas do Sul, Central e no Japão. Assim, doravante, a nossa cidade de Curitiba, poderá, para gáudio de todos, promover com maior brilhantismo e autenticidade, torneios nacionais e internacionais de beisebol, oferecendo outra opção aos seus munícipes.

Aproveito a oportunidade, para enviar ao Sr. Prefeito Sauz Raiz, em nome do Presidente da Federação, em nome do ilustre Vereador Jorge Yamassaki, batalhadores incansáveis em prol deste esporte e daquele estádio. Em meu próprio e de todos os desportistas paranaenses, os mais ardorosos agradecimentos pelo recebimento das chaves do estádio em data de ontem, ficando eternamente sensibilizado pelo amor dedicado a esta nobre causa, por parte de todos os integrantes da equipe laboriosa da Prefeitura Municipal de Curitiba. Além desse registro, cumpre-me destacar também, a visita que fizemos ao Velódromo de Curitiba, o qual deverá ser entregue à população nos próximos dias, bem assim a Pista do Remo, em fase final de acabamento.

Estes empreendimentos, demonstram cabalmente a visão de empresário de que é possuidor o Sr. Prefeito da Capital, que nos demonstra a cada hora, ser sempre um homem público, intimamente devotado aos problemas da comunidade, o que lhe permite chegar ao final de sua administração retornando à iniciativa privada, com todos os setores de sua cidade, tendo encontrado solução para os seus problemas nas mais diversas áreas: humanas, sociais, culturais e esportivas.

Note-se ainda, o apoio incondicional recebido por Sua Excelência, do Governador Jayme Canet Júnior, da Câmara Municipal de Curitiba e da população curitibana, que souberam, em conjunto, compreender as necessidades do Executivo Municipal, apoiando incondicionalmente as suas realizações.

Teve ainda, o Senhor Prefeito, o apoio, o aval e o amparo do Ministro da Educação e futuro Governador Ney Braga, que contribui decididamente para o sucesso de todas as iniciativas levadas a efeito nos planos municipais e estadual, com cuja soma de esforços, caminhou e caminha para a consolidação do Paraná, como segundo Estado da Federação.

Ao encerrarmos, devemos nos referir a uma crônica do jornalista José Wanderley Dias, em homenagem ao nosso Prefeito, com o título: "A Raiz do Saul", aproveitando para usar um de seus parágrafos, em nosso pequeno pronunciamento: "Muito obrigado, Senhor Prefeito. Não receba nosso adeus, mas receba um "até a volta", Saul Raiz".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Registramos, com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Deputado Federal Amadeu Geara, bem como a presença em nossas galerias, do Sr. Vicente Elias, Prefeito Municipal da cidade de Paranaguá.

Concedo a palavra, dentro do Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Devo, nesta oportunidade, em que pela primeira vez, nessa nova Legislatura, venho a esta tribuna, dar os votos de boas vindas àqueles companheiros da minha bancada, aos Senhores Deputados do partido do Governo. Desejo de coração, uma convivência tranqüila e baseada no bom entendimento do homem que, eu entendo, ser primordial para o progresso e para o benefício de todos.

Gostaria, nesta oportunidade, de me referir a vários aspectos da vida paranaense, a vários aspectos da vida nacional. Todavia, meus caros Deputados, devo, nesta oportunidade, referir-me, única e simplesmente às duas Bancadas e à Comissão Executiva da Casa, por entender que o Poder Legislativo do nosso Estado começou, nesta nova Legislatura, já emperrado.

E, por achá-lo assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que venho, nesta tarde e desta tribuna, mostrar aos meus Companheiros de Casa, que esta Assembléia deve funcionar como manda a sua Carta. Ela deve ser regida como manda o seu Regimento e, desta forma, desejo, Sr. Presidente, colocar meu pensamento no que diz respeito ao funcionamento do Poder Legislativo do nosso Estado.

Tenho visto, desde os primeiros dias que aqui estamos, alguns Deputados virem à tribuna e relatarem fatos ocorridos; a colocarem seus pensamentos, enfim, a colocarem aquilo que pensam. Tenho visto requerimentos de congratulações; colocam-se proposições para melhorias; pede-se urgência em alguns projetos de leis e, aí, meu caro Presidente, e, aí, Srs. Deputados, é que eu vejo esta Casa emperrada. Falo "emperrada", no bom sentido, por entender que é uma casa política.

Todavia, Sr. Presidente, na semana passada, este Plenário aprovou requerimento do nobre Deputado Fuad Nacli, solicitando regime de urgência a determinado projeto de lei, que dá o nome de João Ribeiro Júnior, à Fundação Instituto Agrônomo do Paraná. E, se formos analisar o nosso Regimento Interno, se formos analisar aquilo que rege esta Casa de Leis, veremos que ela não está a funcionar como deve, porque no nosso entender e pelo que lemos, as Comissões Permanentes desta Casa já deveriam estar a funcionar. Já estamos há doze dias do novo mandato de cada um; há doze dias de uma nova Legislatura. E, o que se vê? O MDB a esperar a indicação do Sr. Governador do Estado para o novo Líder.

E esta Casa que é um Poder também, que é o Poder Legislativo e não o Executivo, pára por precisar esperar a indicação de um novo Líder, para que se constituam, então, as Comissões Permanentes desta Casa.

É importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tenhamos consciência que este Poder deve funcionar como funcionado tem.

E, o que vemos?

A bancada do M.D.B. sem indicação das Comissões e a bancada da ARENA, com Líder também, sem indicar os Membros das Comissões Permanentes desta Casa.

E a prova aí está...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica ao nobre Deputado, que já está sendo esgotado o seu prazo e lhe concede um minuto para o encerramento do seu pronunciamento.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço, Sr. Presidente. E para encerrar, apenas um exemplo que trouxe.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, como o nobre Deputado está falando no Pequeno Expediente e eu não posso apartear-lo, gostaria que a Mesa informasse ao nobre Deputado de que não está havendo impedimento nenhum com referência a indicação de Líder para a constituição das Comissões, que já estão todas elas constituídas.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, para concluir.

Talvez não tenha escutado, mas não vi na Mesa conclusão nenhuma de que Comissões desta Casa, estivessem sido indicadas pelas lideranças dos partidos. E, apenas, Sr. Presidente, para concluir, este exemplo que trouxe à Casa, para que não tenhamos mais daqui para a frente, o dissabor de vir a esta tribuna e dizer que o nosso Poder, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, não funciona em função de ser efetivamente uma Casa Política.

Muito obrigado, Sr. Presidente, — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Primeiramente, gostaria de agradecer, no Plenário, para que fique registrado nos Anais da Casa, a correspondência que recebo do Padre Emir Kaluf, com referência ao problema do menor abandonado. É uma figura eminente de nossa sociedade e que vem também se preocupando, como toda a população brasileira ou mundial, com o problema do menor.

E nessa correspondência o Padre Emir Kaluf cita que há dezesseis milhões de menores abandonados e fala ele da causa que ele considera profunda, nessa calamidade, que é a procriação descontrolada.

Reservei um trecho apenas para que os Senhores Deputados tomem conhecimento, e diz o seguinte; a reivindicação que ele espera que aconteça, a de um urgente e concreto controle populacional. "Sei, diz ele, que encontraria oposição, sobretudo de eclesiásticos, celibatários, e portanto livres dos ônus de criarem filhos. Mas, afinal, um Nelson Carneiro enfrentou o atraso medieval da Igreja e conseguiu ver aprovado, embora imperfeita, a Lei do Divórcio".

Um trecho apenas da carta do Padre Emir, que eu vou procurar levá-la a essa Comissão, que pretendo criar, através dos meus companheiros de Casa, e que será a C.P.I. do menor. Comunico também, que estamos providenciando já os últimos detalhes com respeito a C.P.I. do menor. O requerimento está sendo elaborada e pretendo obter as assinaturas previstas no Regimento, para que, independentemente de votação, venha a ser aprovado nesta Casa.

Mas, eu tenho, Senhores, uma denúncia a fazer no dia de hoje: uma denúncia quanto à arbitrariedade cometida pelo Instituto de Educação do Paraná, no dia de hoje. Neste momento, em que o Governo Federal fala em aberturas e promete a revogação das leis de exceção, acenando com esperanças de acabar com o arrocho salarial, as perseguições à Igreja, mordomias, peleguismo sindical, censura à imprensa, distorções no sistema de ensino e supressão das liberdades nas escolas, o Instituto de Educação no Paraná, vem demonstrar que está alheio aos acontecimentos e toma posição que vem desmotivar seus próprios alunos, além de causar indignação nos pais de alunos, e protestos do povo em geral.

Hoje cedo, aproximadamente sessenta alunas daquele Instituto, fizeram um verdadeiro bloqueio às portas daquele local, pois foram impedidas de entrar, pelo porteiro, que alegou estar cumprindo ordens da Diretora.

Segundo ele, as alunas estariam com saias muito curtas, fora dos padrões estabelecidos pelo estabelecimento. Ao protestarem e pedirem a presença da Diretora, para verificar o comprimento das saias, receberam como resposta: "Ela só chegará às 8,00 horas e vocês devem esperar aí fora." É bom lembrar, que hoje pela manhã, por volta das 7,00 horas, quando ocorreu o fato, uma forte chuva caía sobre Curitiba. E meninas das diversas camadas da sociedade, algumas vindas de bairros distantes, ficaram na chuva, sem assistir aulas, barradas na porta de uma escola, porque cometeram o grande pecado de usar uma saia, que no entender dos que cuidam da portaria do Instituto de Educação, eram curtas demais. O mesmo estabelecimento, tempos atrás, já proibiu o uso de "slacks", por parte de alunas. Agora não quer alunas com saias curtas, mas deixa de estabelecer um critério justo, para definir este comprimento.

O que aconteceu hoje, foi um verdadeiro desrespeito aos jovens, uma agressão à moral de cada aluna, e o respeito só se consegue num clima de ordem, e a ordem prescinde de definição.

É muito estranho e lamentável, que tal fato se registre justamente num local onde a educação se abriga. "Pois, onde há educação, não há distinção de classes", já dizia Confúcio.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que isso venha a ocorrer na Capital Universitária do País; é lamentável que uma Diretora use de arbitrariedades para cercar a vontade de estudar, para cercar o desejo de uma aluna, de compare-

cer à sala de aula, por entender, que uma saia curta, pode levar a efeitos morais dos mais graves.

Eu assim não entendo, e condeno esta atitude.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Augusto Carneiro, inscrito.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retornando da região que aqui represento, especificamente, a região de Campo Mourão, tomei conhecimento de um sério problema que aflige a gente daquela região, e me parece ser um problema que aflige o Paraná inteiro.

Tomamos ciência de que o Conselho Nacional de Petróleo, baixou uma portaria, estipulando critérios na distribuição do tão falado petróleo, cujo critério é distribuir aos postos, às empresas, e eu falo com fundamento na empresa agrícola, e tomei ciência através da Cooperativa de Campo Mourão de que este critério, é fornecer petróleo baseado no último trimestre do exercício de 1978.

Se em 1978, as nossas safras foram totalmente frustradas, eram um período de colheita de trigo, mas o Paraná inteiro e o Brasil inteiro, sabe que o trigo não produziu. Conseqüentemente, o consumo naquela época, foi irrisório. E se agora, neste período e nesta safra em que, graças a Deus, produto existe para ser colhido, e que há esperança não só da nossa região, do Paraná e do Brasil, nós precisamos aproveitar esta produção no máximo.

E não podemos nunca deixar que se perca algum produto já produzido, por falta de petróleo, para funcionamento das máquinas de secagem das cooperativas, ou mesmo até por falta de petróleo para manter as colhedoras, os tratores e os caminhões que transportam os nossos cereais.

Eu admito até, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que se faça uma campanha. Acho válida a campanha que está se fazendo neste País, de procurar economizar o petróleo. Nós sabemos que é necessário. Nós sabemos que precisamos "apertar os nossos cintos", para fazer uma economia em termos nacionais, para podermos equilibrar a situação financeira também da nossa Nação.

Mas, no entanto, este critério, que, a meu ver, está sendo estipulado pelo Conselho Nacional de Petróleo, deve ser regionalizado, não é possível que se aplique aqui no Paraná, o mesmo critério, aplicado quem sabe no Noroeste, ou outros Estados que não se acham, em francas colheitas da produção existente.

Eu sei também, de que alguns órgãos, como a cooperativa em meu município, já fez a sua reivindicação direta ao Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, mas sei também de que a resposta foi de que o problema seria estudado e de que eles aconselhavam a cooperativa a mudar as suas máquinas, para que deixassem de consumir petróleo, consumindo carvão.

Nós encaramos isto a longo prazo válido, mas a curto prazo, não é possível, que se aceite esta orientação, pois nós já estamos em colheitas e não podemos parar máquinas para mudar o seu sistema de consumo.

Nós achamos válido, Sr. Presidente, de que a longo prazo possam se estipular estes critérios; mas por isto, eu elaborei, Sr. Presidente, - sei do tempo que está adiantado -, um requerimento sem maiores justificativas por escrito, mas espero a compreensão dos Srs. Deputados.

O requerimento tem o seguinte teor: (Lê).
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer ouvida a Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor General Oziel Almeida Costa, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, solicitando abertura no consumo de petróleo, nesta região agrícola, principalmente no período de colheitas, para que os senhores agricultores não sofram prejuízos, o que acontecerá

na certa, se for rigorosamente obedecida a portaria baixada pelo Conselho Nacional de Petróleo, estabelecendo critérios de consumo.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

Peço aos Srs. Deputados que, se entenderem válido, e se esta medida não for solucionada com urgência, nós deveremos voltar com um estudo mais aprimorado sobre o assunto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra a presença, em nosso Plenário, do nobre Deputado Federal Euclides Scalco.

Dentro do horário reservado ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Há poucos instantes, ocupou a tribuna o nobre Deputado integrante da aguerrida bancada do MDB desta Casa, Deputado Daros, tecendo considerações a respeito do funcionamento da Casa, desde a sua abertura no início desta legislatura.

E, por instantes, pareceu-me que o nobre Deputado Adalberto Daros, mal informado, talvez não tenha tido conhecimento de que o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, líder da Arena desta Casa, há muitos dias está em entendimento com o nobre Deputado Nilso Sguarezzi, líder também, da bancada do MDB, para, em harmonia, que deve imperar nesta Casa, indicarem os membros das comissões permanentes da Casa. E, na última quinta-feira, já a indicação do Sr. Líder da Arena nesta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares, estava pronta — está aqui em minhas mãos — e, apenas por uma solicitação do Sr. Líder do Movimento Democrático Brasileiro, é que nós só encaminharemos à Mesa, na sessão de hoje. Portanto, não houve descon sideração, pelo menos por parte da bancada da Arena — e eu creio que também não houve, por parte do Sr. Líder do MDB nesta Casa, nenhuma descon sideração para com os Srs. Deputados. Realmente, a composição, o preenchimento das vagas nas comissões permanentes, em início de legislatura, quando esta Casa foi renovada em cerca de 40%, é realmente uma tarefa árdua, porque há que contentar todos os Srs. Deputados que desejam pertencer a esta ou àquela comissão.

Então, dadas estas explicações ao nobre Deputado Adalberto Daros, espero que ele tenha modificado o seu entendimento, pelo menos com relação ao Sr. Líder da Arena.

Sr. Presidente, é evidente que eu gostaria que o meu requerimento fosse apreciado pela Casa. Mas, como se trata de uma questão meramente de ordem partidária, não seria ético se eu levasse à consideração da Casa, um requerimento que visa registrar nos Anais um motivo de imensa satisfação para o mundo político do Paraná.

Foi a escolha, por parte do Sr. Líder da Aliança Renovadora Nacional, no Congresso Nacional, de uma das mais eminentes figuras da vida pública no Paraná — e eu me refiro ao Deputado Norton Macedo, que acaba de ser escolhido Vice-Líder da bancada da Arena no Congresso Nacional. E eu não me dispensio, Sr. Presidente, e nobres Srs. Deputados, de dar o devido realce que merece o acontecimento. Porque todos sabem que no Congresso Nacional militam dezenas, senão centenas, das melhores figuras da intelectualidade brasileira, do mundo político brasileiro e a distinção que se faz a um paranaense, merece realmente o registro nos Anais desta Casa, principalmente quando nós lemos o pronunciamento do nobre Deputado Norton Macedo, que disse aceitar a vice-liderança, sem contudo abrir mão dos seus princípios, os princípios que sempre o nortearam na sua vida pública, que é de absoluta independência, quanto à sua atuação no Congresso Nacional.

Realmente, o Deputado Norton Macedo foi uma das mais gratas revelações políticas da safra de 1974, porque as suas atitudes de independência, consentâneas com o pensamento

e o entendimento da maioria do povo brasileiro, realmente causaram certa espécie entre os homens do Governo mas que vieram encontrar uma ressonância popular muito agradável e satisfatória, porque realmente as suas posições correspondiam às aspirações do povo brasileiro.

Nessas condições, Sr. Presidente, é evidente que eu não posso apresentar um voto de louvor, um voto de regozijo, mas como agremiação majoritária da Arena na Câmara Federal, ganhará brilho, ganhará posicionamento com a designação do nobre Deputado Norton Macedo, para a sua vice-liderança, graças à inteligência e cultura nunca desmentidas ao longo de sua atuação no cenário político brasileiro, é que eu faço este registro, para que os Anais da Casa possam transcrever as nossas palavras, para que amanhã, quando as novas gerações vierem a esta Casa, saibam que nós homens públicos realmente damos valor àqueles que têm se destacado na vida pública e na vida política brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Dentro do horário do Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, mais para explicar uma pergunta que muitos se fizeram durante a campanha, uma dúvida que talvez ainda pare também na consciência, na mentalidade de muitos, não só desta Casa, como os que estão fora desta Casa.

Pretendemos, neste Grande Expediente, discorrer sobre nossa motivação, nossa crença e nossos propósitos ao atendermos o convite de representar o povo nesta Casa, na qualidade de Pastor da Igreja, como éramos antes, e agora como Deputado Estadual. Aliás, convite que se nos impôs como dever cívico, após a consagração das urnas de 15 de novembro de 1978.

Acreditamos que o quanto antes definirmos as nossas posições, o quanto mais claramente nos firmarmos ao lado daqueles que, com dignidade e honestidade nos elegeram, mais eficazmente afastaremos das portas de nossos gabinetes, os inúmeros advogados de interesses expúrios, que haverão de nos procurar com pretensão mesquinha de especular o sofrimento de nosso povo.

Haveremos, portanto, de abordar esse tema em nosso discurso, e o faremos através de 4 etapas.

Quando na primeira, haverei de discorrer sobre as motivações de abandonar momentaneamente o púlpito da igreja e estar nesta tribuna; em segundo lugar, gostaria de manifestar o meu desencanto ao notar o esvaziamento do Poder Legislativo na conjuntura atual, diante de um terceiro ponto que é a tirania do Executivo. Mas, gostaríamos também, numa quarta etapa, de firmar nosso propósito, e dizer que na luta contra o arbítrio, nós nos bastamos no apoio do povo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não nos encontramos aqui por acaso, e nem por haveremos praticado uma campanha eleitoral fraudulenta, com derrame de falsas promessas ou até mesmo de dinheiro dos cofres públicos.

Também, não foi por acaso que interrompemos momentaneamente o nosso trabalho de púlpito para estarmos parados aqui nesta tribuna hoje. Há razões muito sérias para isto. Razões estas que ultrapassam, inclusive, as simples motivações de ordem política e vão atingir preocupações de ordem ideológica e religiosa. Pois, para cada nova ordem política que se impõe numa sociedade, há exigências de ordem moral. E se nossa moral é cristã, se invocamos a proteção de Deus para abertura de nossas sessões plenárias nesta Casa, embasados como estão na Doutrina Cristã, também devemos tirar delas as exigências morais para o exercício do Poder.

A primeira e principal exigência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma ordem moral cristã, é o respeito à pessoa humana

e a tudo aquilo que se lhe for necessário para uma vida digna de ser imagem e semelhança de Deus. Este é o princípio fundamental, a pedra angular que o Cristo não aceitou negociar com os ditadores de sua época, e em não querer negociar estes princípios com as ditaduras históricas, foi e é o motivo para que ele e seus seguidores sofressem as mais vís perseguições até os dias de hoje.

Portanto, respeita o homem sua vocação divina. É o princípio fundamental que determina a predileção da Igreja pelos mais pobres, pelos mais oprimidos, pelos que vivem à margem do progresso técnico-econômico, embora que tenham sido instrumentados pelo mesmo fim.

Este é o princípio fundamental que faz com que um teólogo também se preocupe, se interesse, pela administração, e a justa administração das riquezas materiais pertencentes ao bem comum, e principalmente, quando o governo já não o faz com justiça e a responsabilidade que tem.

Não poderíamos nós ficar simplesmente presos a pregações de princípios, ao ver que o desrespeito ao homem está a corroer a tranquilidade social.

Como falar de amor ao povo, quando o governo semeia o ódio e a vingança, nas prisões de Sul a Norte do País?

Como falar de amor, quando a violência que se instalou nas estruturas sociais, criadas e mantidas pelo governo sob pretexto de milagre econômico, está a arrastar milhões de brasileiros aos mais calamitosos estados de penúria?

Enfim, como falar do amor de Deus a um povo carente de pão, carente de emprego, de justiça e de liberdade?

Por outro lado, impõe-se a pergunta também: como falar de Deus a uma minoria envaidecida pelas riquezas que conseguiram arrancar das mãos de milhares de operários mantidos sob a crueldade do arrocho salarial, ou de milhares de bóias-frias mantidos sob a instabilidade de emprego?

Como falar de Deus a uma minoria que, dia a dia, se enriquece no poder, corrompendo-se com o dinheiro obtido às custas de um povo primido?

Não estaríamos nós, assim, nos expondo ao ridículo, quando não ao escárnio?

Já não podemos, portanto, falar de amor, de justiça, de paz, em nossos púlpitos, porque estamos falando de um mundo estranho, de um mundo alheio a milhões de brasileiros.

E mesmo se assim falássemos, nessas categorias ao povo, este necessitaria de muita imaginação ou mesmo de fantasia, para nos entender.

Igualmente, estamos impedidos e dificultados, em falar de Deus, porque corremos constantemente, o risco de confundir-lo com o governo atual, não pela sua benevolência, mas pelo poder que ele se auto-atribui de operar milagres econômicos.

Chegamos assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao impasse do nosso "que fazer". Impasse esse onde as virtudes se diluem nas corrupções; onde as verdades mais fundamentais do cristianismo se confundem com "slogans"; onde o déspota obriga seus escravos a cantarem hinos à liberdade; onde os princípios básicos do cristianismo são tidos como radicais e subversivos, portanto, merecedores de punições. Onde a participação popular, em decisões do governo, é confundida com a desordem, ou mesmo como uma espécie de epidemia democrática, onde, às custas da miséria do povo, cresce o bem comum do Estado e de seus aliados. Onde o amor e a justiça são obtidos às custas da fantasia. Onde o milagre substitui o planejamento. Onde a reforma agrária, segundo a opinião do Ministro, é apenas fantasia de economistas desocupados. Onde o homem imagem e semelhança de Deus, sucumbe na mais degradante miséria humana.

Impasse onde, inclusive o falar, implica em um ato que constitui em risco, se não para o todo-poderoso governo, no mínimo para aquele que está falando.

Há, portanto, chegado o momento em que a única ma-

neira de chegar-se a Deus é ouvir, assim como Ele próprio se dispôs a ouvir, como dizia no Livro de Isaías: "Ouvi os clamores de meu povo."

Ouvir os gemidos do povo que padece sob opressão dos que lhes estão a roubar seus direitos fundamentais, dos que os governam em flagrante desrespeito à pessoa humana, significa, hoje, falar de Deus.

Deus já não nos fala através da boca do clero — mas das milhares de bocas famintas que clamam por libertação, libertação das cadeias da injustiça, da fome, da opressão, do analfabetismo, das epidemias, das favelas, e etc.

Eis porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos hoje parados nesta tribuna, a exigir deste Governo, uma resposta a Deus, cuja voz se faz ouvir das profundezas da injustiça social em que está mergulhada toda uma Nação.

Eis porque abandonamos momentaneamente o púlpito e deixamos de falar de Deus, para ouvir a voz deste Deus encarnado na realidade de nosso povo.

Acompanha-nos o evento pascal.

Não podemos separar a imagem de Cristo na cruz, estampado no rosto do bóia-fria, do lavrador, do operário cansado, esfarrapado, pálido e enfermo, daquele Cristo que pregávamos do púlpito.

Propomo-nos, portanto, a transportar este mesmo, para dentro desta Casa.

E isto se deu após uma longa peregrinação, na qual obtivemos em cada voto, uma hóstia cívica.

Estes votos consagrados em hóstias cívicas e depositados nas urnas em 15 de novembro, estão sendo oferecidos ao Governo, para sua regeneração.

No entanto, este Governo, já as rejeitou em outros momentos ao punir, com o AI-5, os seus portadores: Alencar Furtado, cito apenas como um exemplo. Hoje as oferecemos mais uma vez. Haverá de rejeitá-las sempre, preferindo os votos comercializados que nada têm de civismo?

Ou estará à espera do vinho cívico para que o sacrifício seja mais completo?

O povo cristificado no seu sofrimento, nos incumbiu de fazer mais este ofertório, nada mais digno e honroso do que cumprí-lo até à sua consumação.

Com este propósito optamos pela tribuna, abandonando temporariamente o púlpito. Não por vontade própria, como já frisamos, mas porque o povo e a situação de penúria em que este se encontra, está a exigir de nós um compromisso mais sério com os princípios que nos nortearam até aqui. E uma vez aqui, estamos provando os primeiros dissabores de uma tribuna esvaziada de poder de força de expressão.

Realmente, vai ser difícil nos acostumar a falar sem ser ouvido.

Apesar deste microfone e do excelente equipamento de som desta Casa, nos falta o essencial que é a atenção daqueles a quem nos dirigimos, atenção esta que nunca nos faltou quando parados num púlpito, dirigíamos a palavra aos presentes.

Não queremos pretensiosamente, dizer que todos nos ouviam com a mesma atenção, que aliás depende muito da habilidade do orador, mas pelo menos, registrávamos o silêncio como sinal de educação e respeito ao que falávamos, se não respeito à própria casa de reuniões, aos que pretendiam ouvir e ser ouvidos.

Permitam-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrarmos aqui, em sinal de repúdio, o nosso desencanto experimentado nesta primeira semana de Plenário.

Entendemos, no entanto, que tudo isto não se deve apenas a um problema de ordem pessoal e moral, porém, muito mais do que esvaziamento de poder do Legislativo na atual conjuntura política.

II — ESVAZIAMENTO DE FOME DO LEGISLATIVO
O Legislativo na atual conjuntura política que atravessamos,

não passa de um ornamento para uma "Democratura".

Está longe de justificar os extravagantes gastos nas campanhas eleitorais para compô-lo de acordo a esta função. Como também para mantê-lo até a sua próxima recomposição.

E está se tornando cada vez mais oneroso para o Governo, eleger Deputados diante de um povo cada vez mais pobre, e por isto mesmo mais exigente, inflacionando assim o comércio do voto.

O próprio Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, manifestou sua preocupação em prorrogar os mandatos dos prefeitos e vereadores para evitar gastos que se repetiriam assim de 2 em 2 anos. Talvez seja esta a única explicação para nomear senadores biônicos, em vez de submetê-los ao escrutínio do voto popular.

Entendemos também que haja explicações semelhantes para as tentativas de retornar ao voto distrital pois permitiria assim a concentração de gastos em áreas eleitorais específicas, quais sejam, as que são menos submissas ao Governo, ao estilo do que ocorreu com o suborno a prefeitos no norte do Estado. "Dividir para vencer", é uma antiga tática do imperialismo romano: "Dividet et gaudet".

Isto tudo explica a desenfredda luta pela sobrevivência de um sistema político obsoleto e ditatorial que para se manter no poder, foi obrigado a retirar do Legislativo, a competência e capacidade para legislação das decisões que o povo está a clamar, e não obstante, vê-se obrigado também a recheiar as carteiras do Legislativo, com deputados talvez não menos biônicos do que os senadores nomeados.

Estas são, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as conclusões que retiramos de nossa primeira semana de mandato no Legislativo e para reforçar nossa conclusão, faremos alusão a apenas um exemplo que aqui ocorreu: registrou-se nesta Casa, no dia 7 de março deste ano, um requerimento do nobre Deputado Scarpelini, requerimento esse que trazia a esta Casa a preocupação relacionada a irregularidades que aconteciam numa casa de ensino e por se tratar da área de educação, reputamos como sendo de suma importância. Após lida, ficou a discussão como esperávamos: poder detalhar o problema, contribuindo para uma decisão racional e objetiva em torno do assunto.

Contudo, para nossa decepção, não houve discussão alguma. Houve, isto sim, a rejeição fria e definitiva de uma matéria de real importância que ficou soterrada sob os votos irracionais e mecânicos de um senta-levanta ridículo.

Voto de nádegas, cuja força propulsora tenho certeza, não nasceu da vontade popular que nos elegeu, mas antes tem suas origens na submissão cega ao inquestionável poder que emana do Executivo em detrimento do Legislativo.

E é triste reconhecer diante do povo que em 15 anos avançamos muito pouco.

É triste para nós, que durante nossa campanha, tivemos por princípio mandar embora e de mãos vazias, o povo que, viciado pelo paternalismo mercantilista de nossos adversários, nos vinham oferecer a troca de voto e agora, depois de eleitos, temos que assistir o esvaziamento cada vez maior dessas mesmas mãos que produzem as riquezas nacionais, sem a suficiente força para reagirmos, porque estamos cercados pela prática do mais infame peleguismo que já se cometeu na história do Brasil.

E assim, o Legislativo hoje, não passa de uma peça planejada e devidamente ordenada pelo supremo arquiteto do planalto, não só para perpetuar no poder seus comparsas de farda, como também para encobrir o seu embrionário caráter ditatorial. Torna-se, portanto, urgente desmascará-los.

Passamos assim, a analisar o nosso terceiro ponto:

III — A TIRANIA DO EXECUTIVO:

Todos sabemos que o poder de fato, não o de direito, é exercido pelo Executivo que não está amparado na vontade popular do voto. É dele que partem todas as decisões importantes e inclusive indicações para postos-chaves. O Legislativo ape-

nas ratifica. E o Executivo continua exercendo a sua tirania através do sistema de peleguismo estrategicamente teleguiados para os fins a que se propõe.

É tão vil esta tirania que o Governo de Jayme Canet Júnior nem sequer se preocupou em ocultá-la, quando confessou diante da imprensa nacional, de que, discriminatoriamente, prestaria maior apoio onde o prefeito seja da ARENA, e apoio menor, ou, talvez, nenhum aos municípios onde os prefeitos sejam da Oposição.

O Sr. Quilse Crisóstomo — V. Ex.^a me permitiria um aparte, nobre Deputado? (Assentimento)

Nobre Deputado, o brilhantismo com que V. Ex.^a se conduz, na tribuna, talvez merecesse até mesmo, nosso silêncio até o final do seu pronunciamento.

Contudo, a injustiça que faz, neste período de sua oratória, impede que nós, parlamentares da ARENA, façamos silêncio.

Nobre Deputado, absolutamente, V. Ex.^a tem conversado com prefeitos do MDB. Porque se colhesse deles as informações, V. Ex.^a teria, naturalmente, recebido outro tipo de orientação para seu discurso. Mas, eu cito, apenas, para fazer um pequeno parêntese, sem prejuízo do seu raciocínio, o Município de Munhoz de Mello, cujo prefeito é do MDB, é de minha área de lide política e que recebeu toda cobertura governamental, e não apoiou Deputado da ARENA, e agradeceu, no palanque, junto com Jayme Canet Júnior, toda ajuda que o Governo deu àquele município. E, a exemplo daquele município, nós temos muitos municípios do MDB que têm recebido toda ajuda do Governo, sem discriminação de partido.

Somente neste particular, meu nobre companheiro, havei de discordar sempre de V. Ex.^a, fazendo com que, nesta introdução da sua vida parlamentar, V. Ex.^a seja um parlamentar um tribuno feliz, naturalmente, da felicidade de sua oração, depende muito, o bom andamento desta Casa.

Esperamos ter um bom relacionamento com V. Ex.^a mas, haveremos de, sempre em oportunidades como esta, discordar. Neste momento, é a necessidade de intervenção que fazemos.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço a intervenção do nobre colega, e devo dizer, deixar claro, que me referi a uma declaração feita pelo próprio Excelentíssimo Senhor Governador Jayme Canet Júnior à imprensa, quando disse, ostensivamente, que não atenderia a Deputados do MDB.

A mesma incidência, o mesmo crime, foi cometido durante esta campanha, onde eu assisti, de vivo, este mesmo governador dizendo que era prático, por isso pediria que votassem somente em gente da ARENA, porque somente eles seriam apoiados.

E, também, no discorrer do meu discurso, trago provas, suficientes, para demonstrar a tirania do Executivo. Por isso, peço ao Sr. Presidente para prosseguir na leitura do meu discurso.

No limiar do seu Governo, o Excelentíssimo Senhor Governador Jayme Canet Júnior, confirmou, mais uma vez, a tirania do Executivo, quando nomeou um interventor em Marechal Cândido Rondon, obedecendo às determinações infames da indicação de prefeitos em áreas de segurança. A escolha se fez dentro de um regime político inconstitucional adverso à vontade daquele povo que eu conheço. E lá está nomeado mais um mini-ditador a garantir os votos da Arena, através de ameaças a funcionários e professores, como já denunciei aqui desta tribuna, como ocorreu recentemente em Marechal Cândido Rondon, por exemplo, irá continuar abandonado aos interesses túrbidos de pequenos tiranos, que resolveram fazer daquele município a sede para a sobrevivência de uma espécie de III Reich, onde não faltam os desmandos de alvarás discriminatórios, arbitrariedades policiais, dissiminação de doutrinas adversas à normalidade democrática através das escolas, da imprensa e do rádio, onde não faltam suspensões de professores, por

punições políticas, a opressão econômica através de autarquias municipais onde não falta a discriminação no atendimento público, lá não faltam Secretários de Prefeitura que ficam em plena noite, de cócoras, atrás dos carros, anotando as placas dos que vieram a participar de uma reunião cívica do MDB, para, no dia seguinte, telefonar perseguir e pressionar.

Esses tentáculos da tirania Executiva faz-se sentir em toda aquela região Oeste do Paraná, nos municípios da faixa de fronteira, que vão de Foz do Iguaçu à Guaíra.

E no preciso momento em que se opera uma mudança de Governo no Estado, se nos impõe a pergunta sobre novas perspectivas.

Apesar das declarações do futuro Governador Ney Braga, em lutar pela autonomia do Legislativo, suas palavras caem no descrédito diante da declaração de um Deputado da minha região, feito à imprensa local. Deputado este que inconscientemente, parte para suas bases eleitorais, afirmando que o MDB não conseguirá realizar benefício algum ao povo, porque o futuro Governador Ney Braga já garantiu que somente ele conseguiria benefício àquele povo. Não se sabe ao certo se será esta a tônica do futuro Governo de Ney Braga, dando continuidade assim à forma aberrativa de abuso do poder e dos conchavos praticados pelo seu antecessor.

Mas, não queremos acreditar que o futuro Governador tenha de fato autorizado ao Excelentíssimo Deputado da minha região, de se auto-nomear sub-Governador daquela região, dizendo que Ney Braga lhe garantiu que somente ele conseguiria trazer benefícios àquela região.

Contudo reputamos como atitude de moleque, um colega usar um órgão de imprensa, para afirmar tal aberração . . .

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra,

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Na ausência do Parlamentar atingido, que acredito seja o Deputado Werner Wanderer, solicito à Mesa, regimentalmente, que oriente o orador com relação aos termos que estão sendo usados. E caso persista, que seja aplicado o Regimento Interno, chegando até mesmo a cassar a palavra do orador que está agredindo violentamente, no meu entendimento, um parlamentar arenista ausente do Plenário.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Exatamente por uma questão de ética, Sr. Presidente, omiti nomes e não tenho culpa que não esteja presente. Acredito que não dizendo nome, não estou ofendendo. Se caso se sentir ofendido, deverá vir à Casa e fazer sua defesa.

Continuo, Sr. Presidente. Mas, estas e outras declarações, por um lado, revelam o caráter submisso com que certas pessoas exercem o seu mandato, e, por outro lado, vem confirmar a nossa tese de que existe uma espécie de tirania do Executivo na atual conjuntura política.

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa comunica ao nobre Deputado, que está esgotado o horário do Grande Expediente. Entretanto, consulta a bancada do Movimento Democrático Brasileiro, se o orador que está na tribuna poderá usar o tempo que é reservado às lideranças.

O SR. NILSO SQUAREZI — De pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Dentro do horário reservado à liderança, V. Ex.^a tem 15 minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sentimos por tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo, portanto, se auto-afirma na tirania de um Executivo forte, porque está receoso em ouvir a decisão popular livre, por isso vem lançando mão do peleguismo parlamentar, da indicação e nomeação de governadores, senadores e interventores municipais.

Esta é a realidade que para muitos também é uma necessi-

dade. Necessidade eleitoral, para que os homens anti-povo possam galgar o poder que ora exercem em franca contradição com os princípios cristãos que enunciamos no início do nosso pronunciamento. Estes elementos nascidos da tirania do Executivo, serão sempre representantes do Governo, junto ao povo, e jamais representantes do povo junto ao Governo.

Mas na luta contra este arbítrio, nos basta o apoio que o povo nos presta.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, esperamos, sinceramente, encetar um trabalho honesto e voltado para os interesses reais de uma população, que está a merecer certas explicações às quais ainda não surgiram, mas que esperamos surjam logo.

Mesmo sabendo que o quadro institucional de arbítrio, nos retira a competência e a capacidade para as decisões que o povo está a aclamar por sermos da Oposição, continuaremos sendo da Oposição. Não por teimosia própria, mas porque o povo assim o determinou e porque existe uma migalha de esperança naqueles que nos elegeram, e a esperança é a nossa força energética para a luta.

Somos da Oposição numa busca constante de soluções reais, sem o apoio das autoridades, mas, com o apoio do povo, que já é bastante, porque somos soldados do povo. E como povo, sofremos também o resultado da arbitrariedade e da ganância de uns e outros, em se perpetuar no Poder a qualquer custo.

Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, nós assistimos à vez primeira,

V. Ex.^a como Pastor, como membro dos homens que seguem Cristo, atacar um Deputado, colega nosso, que muitas vezes, mal interpretado como está sendo por V. Ex.^a, quero que me permita, porque este aparte é de espontaneidade de um colega, que viu outro atacado.

Então, só queria fazer apenas um reparo nesta bela oratória de V. Ex.^a, com retórica, dentro da inteligência e do tirocínio político que tem V. Ex.^a ao dizer, que o Deputado vai levar benefícios para a região. Ora, quando se faz benefícios para uma região, não vai se dividir os elementos da Arena e do MDB.

Então, se o Deputado Werner Wanderer, se propõe a levar benefícios por intermédio do futuro Governo Ney Braga, não vemos em que ele possa ser criticado por V. Ex.^a, porque os benefícios são regionais. Não seriam benefícios dirigidos somente para o povo da Arena, porque na sua região é uma mescla, Arena-MDB - Situação e Oposição. E é por isso que, paralelamente, não quero fazer um discurso, mas queria pedir a V. Ex.^a com o devido respeito que lhe tenho, como Pastor Evangélico, que, dentro da política, modere um pouquinho as suas críticas, pensando nos ensinamentos de Cristo, onde ele diz: "Que aos humildes pertence o Reino dos Céus".

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte de S. Ex.^a, e permito lembrar também que Cristo tinha palavras bastante rudes, quando se referia aos Herodes de sua época.

E, além disso, permito também lembrar aqui, que a nossa Igreja, tem manifestado num boletim, de que jamais se pode usar obras públicas, feitas para campanhas políticas como foi feito naquela minha região.

E estas observações estão transcritas no nosso Livro.

A S. Ex.^a, Sr. Presidente, manifesto o desejo de seguir o nosso pronunciamento, e conceder os apartes somente ao final.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Não haveremos de nos curvar diante de imposições. Nossa bandeira haverá de continuar hasteada. Nós continuaremos ao lado do povo, porque somos povo. Somos minoria, mas minoria por decisão de meia dúzia, não por decisão popular.

Somente o povo nos dá a segurança que o governo nos tira, e quem tira é tirano. Mas esta tirania não nos intimidará em abrimos mão de nossos propósitos de defender os direitos da classe trabalhadora, bem como sermos os porta-vozes dos anseios legítimos de toda a população paranaense. Esta é norma da qual jamais nos afastarão. Poderão afastar-nos do Poder Legislativo, mas jamais nos afastarão deste princípio que nos norteia.

Nós não tememos a voz do povo. Nós não queremos o poder conseguido pela força.

Queremos o poder conferido através do povo, através do voto, e o povo está preparado para assumir esta posição.

O medo, portanto, não é nosso. O medo é daqueles que se escondem debaixo do guarda-chuva do Governo, porque não possuem condições de galgar os postos, nos quais se encontram, se partissem da vontade popular, simples e pura. E a nós não importa ser derrotado ou ser vencedor. O que não suportaríamos, é a vergonha de ter fugido à uma luta e esconder-nos sob a sombra da tirania.

A seriedade, a honestidade, a justiça, o respeito, o direito e a legalidade, são armas que nós usaremos para continuarmos trilhando o caminho agonizante que até agora viemos seguindo, mas que nos conduzirá inexoravelmente à luz da liberdade. E nele continuaremos, firmes, prontos à luta em defesa dos direitos da pessoa humana.

E para que não digam que nós falamos de espinhos e nos esquecemos das flores, encerramos nosso pronunciamento na certeza apocalíptica de que as mais belas flores também murcham. E as flores da qual eles nos falam todos os dias, pela rádio, pela televisão, já começaram a murchar."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Consulto a bancada da Aliança Renovadora Nacional se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, usará do horário reservado à ARENA, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Com a palavra o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Como a minha religião não proíbe que se enalteçam os homens públicos quando eles merecem, embora isto possa ter um certo sentido eleitoral, eu subo hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, para prestar um testemunho público, assumir um dever de coerência e, acreditamos, cumprir com fidelidade a obrigação de dizer, daquilo, o que pensa a parcela de gente que nós representamos.

Vemos uma administração política que se esgota em prazo e, há poucos dias, nós tivemos a oportunidade de ouvir, nesta Casa, o Governador Jayme Canet Júnior dizer a nós, representantes do povo, o que se fez, pela comunidade paranaense, nestes últimos quatro anos. Era o homem que terminava a sua tarefa e vinha à Casa do povo, sem auto-promoção, ler um relatório seco, objetivo, das realizações administrativas que liderou nestes últimos quatro anos. Quatro anos que representam nada na história de um Estado, mas muito na vida de um homem; de um homem realizado em sua vida pessoal e que relega os seus interesses particulares, abdica de um convívio mais próximo com os seus e sai, a doar-se à causa pública, para fazer o que entende, imposição de destino, missão de existência.

Para mim, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, este homem merece um julgamento correto, justo, equilibrado, sem paixões partidárias, daquilo que ele prestou contas nesta Casa.

Uma opinião crítica do resultado de suas providências, de seu trabalho, da aptidão demonstrada, das circunstâncias todas que influíram contra ou a favor de Jayme Canet Júnior. Acho que quem presta relatório de trabalho, é credor de pare-

cer, e o parecer colhido junto à opinião pública, é pela unanimidade e isto nós pudemos sentir em todo o nosso Estado. E agora, nestas últimas, digamos, 72 horas que ainda resta de Governo a este grande paranaense, é unanimidade do Paraná classificando a administração de Canet Júnior como uma das mais frutíferas que já tivemos.

E esta opinião é nacionalmente endossada. Todos sabem que através de uma imprensa que hoje já é livre em nosso País, Canet também teve seus méritos reconhecidos em enquete realizada no território nacional.

Diríamos mais, que em tempo algum fez-se tanto pela comunidade paranaense, em apenas quatro anos.

Veja-se um resumo do detalhamento que nos fez S. Ex.^a ao relatar a situação geral do Estado, nesse seu final de mandato. É um rol de recordes.

"Cumpridas integralmente as metas ambiciosas, propostas de início no documento intitulado: "Objetivos e metas de desenvolvimento" que este Governador veio aqui relatar.

Foi uma longa relação de conquistas da gente paranaense, alcançada malgrado as secas, as neves, enfim, a todas as situações desfavoráveis, até para nossos produtos nos mercados internacionais. Mas nós acreditamos que tais dificuldades foram superadas, ou melhor, equilibradas, pelo grande apoio que o Paraná contou do Governo Federal durante a administração Geisel.

Também aqui um recorde: nunca em tempo algum — e é preciso que todo o Paraná ARENA e MDB saibam, o Paraná jamais foi retribuído com tal larguesa pelo esforço que empresta à Nação Brasileira. E aqui também um registro de justiça, principalmente aqueles que dizem nesta Casa que Ney Braga nunca fez nada pelo Paraná.

Foi graças à presença deste eminente homem público, que é o futuro Governador Ney Braga, nos altos quadros administrativos do País, e de liderados seus em postos-chaves da administração federal, que o Paraná sempre teve apoio, estímulo e um apoio traduzido em vultosos recursos carreados para a economia paranaense. Foi graças a este homem, à liderança que ele exerce no Paraná, à liderança que ele exerce no cenário nacional.

Não iríamos impor a aridez de reler as realizações destes 4 anos, relato extenso, porque minuscias uma grande obra. Mas nos permitimos esboçar, para que a imagem fique bem esboçada: em 4 anos, a gente paranaense construiu 4 vezes mais estradas, do que fora construído em toda a história anterior. Existiam 1 mil e 26 quilômetros, mais 4 mil foram entregues ao tráfego.

Em 74 tínhamos 93 municípios servidos por asfalto; hoje eles são 238 e atingirão 260 nos próximos meses. 95% dos paranaenses moram hoje em comunas servidas por asfalto; antes destes 4 anos, só tínhamos 54%, o que então era um privilégio. Tínhamos aeroportos em seis cidades; hoje temos em 22. 20 mil quilômetros de estradas municipais foram melhoradas; hoje desapareceu do Paraná o melancólico e impotente motorista de caminhão encalhado; ninguém mais vê a triste cena do produto de trabalho do homem, perecer, por falta de transporte.

A eletrificação chegou ao campo. Com uma rede que nestes 4 anos partiu do zero e chegou a 4 mil e 400 quilômetros. Mais 130 comunidades recebem hoje luz elétrica. E no final de 1980, entra em operação a usina de Foz de Areia, menor apenas que Itaipu, na América Latina. E o Paraná não mais comprará energia de outros Estados; a energia que necessita para crescer forte.

Tínhamos menos de 76 mil telefones, hoje temos mais de 230 mil. Em apoio à Agro-Pecuária, foram criados 15 núcleos regionais da Secretaria de Agricultura, contratados 1013 novos técnicos e os investimentos na área, pularam de 198 milhões para um bilhão, 225 milhões de cruzeiros. E a capacidade de

armazenamento de produtos agrícolas, triplicou; 90% do rebanho bovino foi vacinado contra a aftosa. 42 mil pequenos produtores de baixa renda, recebem assistência técnica e social; e o cooperativismo rural é uma realidade em expansão.

Indústrias de grande porte foram atraídas pelos polos de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Maringá, graças à infra-estrutura de serviços implantada pelo Governo e só empresas financiadas por organismos estaduais abrem 14 mil novos empregos por ano.

Na educação, 1.600 prédios escolares, 6.000 salas de aula, abrindo ofertas de 600 mil vagas escolares. Implantou-se o Estatuto do Magistério e contratou-se por concurso, 12.900 professores, em fase de habilitação para o segundo grau, a 8.000 mestres; 340 canchas de esporte foram construídas em 284 municípios.

Fixar o homem à sua origem demanda assistência médica, e no setor de Saúde Pública, mais 87 obras. O número de unidades sanitárias cresceu de 280 para 455 num acréscimo de 63% sendo aplicadas 22 milhões de vacinas.

A rede de águas, o que atendia em 1974? Pouco mais de um milhão de paranaenses. Hoje, mais de 2 milhões e 300 mil habitantes têm água. A rede de água foi ampliada em 164%.

A Segurança Pública teve ampliados os quadros funcionais e construíram-se 139 delegacias e cadeias públicas e 5 quartéis com instalações especializadas; mais 3 postos de bombeiros em Curitiba: Mercês, Portão e Bacacheri.

E assim por diante, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, o relato desta administração é impressionante. Mesmo resumindo, seria tedioso o repasse do relato das obras realizadas no Governo Canet Júnior, mas cremos que o que foi dito, basta já para fixar uma opinião que é imperativo de justiça.

Uma rosa é uma rosa, é uma rosa. Mas, uma estrada não é uma estrada, não é uma estrada; um hospital não é um hospital; uma escola não é uma escola, não é uma escola.

Quando o poeta diz que uma rosa é uma rosa é uma rosa, refere-se a ela, que é uma dádiva natural para deslumbrar com cores e perfumes. A rosa é porque é. Mas, não se diga o mesmo da estrada, do hospital, da escola.

Porisso, eu acho de pouca inteligência, tentativa de perpetrar má poesia, dizer-se, como tive o desprazer de ouvir nesta Casa, ainda hoje, que a administração Jayme Canet foi fria, preocupando-se com obras, sim, mas não com o homem.

Uma escola não é uma escola, não é uma escola. Uma escola é um foco de irradiação de cultura, preparando brasileiros para assumir um futuro melhor.

Uma estrada é prosperidade, é esperança para milhares e milhares de pessoas.

Toda e qualquer obra pública, afinal, tem como objetivo o homem, o seu bem-estar, e é isso, apenas isso, que recompensa o homem público pelo abandono de seus interesses pessoais, pela privação de convivência mais constante com os seus entes queridos.

A cada tijolo assentado, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados; a cada grão de pó de asfalto; pela vaga na escolinha isolada; pelo leito de hospital; pelo sítio onde se acendeu uma lâmpada; pelo emprego que o moço arranhou; pelo preso que se regenerou; pelos milhares que não adoeceram por consumir água contaminada; pelo motorista que chegou em casa depois de uma boa viagem; pela abundância nos balcões dos armazéns; pelo quadro todo de bem-estar e progresso que vivemos hoje no Paraná; por todas essas coisas e pela menor delas, cada um dos paranaenses tem um débito de gratidão com o seu conterrâneo Jayme Canet Júnior.

Durante quatro anos ele se empenhou, ele lutou, trabalhou, deu sua capacidade, sua inteligência, para que cada uma e todas essas coisas fossem realizadas.

Porisso, dizemos hoje estas palavras, para que elas fiquem registradas nos Anais históricos desta Casa, e mostrem

que o Deputado Erondy Silvério expressou a cortesia do povo paranaense em saber dizer na hora certa e bem alto o seu "muito obrigado", a este grande Governador.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, quero, neste instante, cumprimentar V. Ex.^a pelo pronunciamento que faz, trazendo esse relatório, numa demonstração do reconhecimento do grande trabalho realizado por Jayme Canet Júnior, no Estado do Paraná.

Amanhã, terei a honra, também, de ocupar essa tribuna, para fazer um relatório do que se realizou na região que tenho a honra de representar e também sobre as várias obras que, ontem, foram entregues à população da região do Vale do Itaipu.

Cumprimento V. Ex.^a pelo pronunciamento que faz, nesse reconhecimento justo e merecido ao grande Governador Jayme Canet Júnior.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Ex.^a. E como

V. Ex.^a, nesta hora, nas Câmaras Municipais, nos clubes de serviço, enfim, onde haja neste Estado um punhado de paranaenses, tenho a certeza que, neste instante, todos estão enaltecendo a obra desse paranaense que ficará marcado indelevelmente na história administrativa deste Estado.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estamos assistindo o homem Erondy Silvério a falar sobre o homem Canet Júnior. E para orgulho nosso, como companheiro de V. Ex.^a, como seu amigo, como colega da bancada, e também como admirador do grande paranaense Canet Júnior, vemos V. Ex.^a, ao assomar essa tribuna, com palavras entusiastas, sinceras e honestas, como é o estilo de V. Ex.^a, falar e dizer que um homem como Canet, ao deixar o Governo, deixa o povo entristecido, com uma mescla de tristeza porque ele sai do governo; alegria porque entra Ney Braga.

Então, já dissemos, em outros pronunciamentos, que o Paraná é um Estado feliz; um Estado feliz por ter homens do quilate de V. Ex.^a; por ter homens que lutam por ele, por sua gente, como Canet Júnior e Ney Braga!

Como companheiro de V. Ex.^a sinto-me orgulhoso por estar sentado ao seu lado, nesta Casa de Leis.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel — Peço a Deus, em sua infinita bondade e misericórdia, o ilumine e também ilumine este grande governador Ney Braga e Canet Júnior para que, unidos, possam trabalhar pelo Paraná e por sua gente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Antes, porém, registramos a presença em nosso Plenário, do Sr. Deputado Federal Heitor Alencar Furtado.

Sobre a mesa, proposição de Emenda à Constituição, de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, já recebida pela Mesa, devidamente apoiada. — (Lê a emenda).

A Presidência comunica que recebe durante os três próximos dias, emendas à proposição.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/78, de autoria do Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública a “Creche e Jardim de Infância Servas Franciscanas do Bom Pastor”, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/78, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que cria no Município de Campina da Lagoa, o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, com sede e divisas que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, pela proficiência de sua administração e pela realização das obras de vulto que dotaram Curitiba. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de aplausos e congratulações aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado, Sr. Fernando Fontana, pela feliz iniciativa de nominar os novos edifícios do Centro Cívico, com os ex-Governadores Afonso Alves de Camargo e Caetano Munhoz da Rocha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de uma cabine telefônica, na localidade de Palmeirinha, Município de Itapejara do Oeste. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Questão de ordem) — Sr. Presidente, o Deputado Nelson Friedrich solicitou a palavra para discutir o requerimento do Deputado Tuguio Setogutte, dirigido ao Sr. Secretário da Segurança Pública; a mim me parece que, este requerimento já teve a sua discussão adiada, para a sessão de hoje.

Indagaria então de V. Ex.^a, se o requerimento citado vai ser colocado hoje mesmo, em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa esclarece o nobre Deputado, que o presente requerimento deu entrada na sessão de hoje, à Mesa. Sua discussão já foi adiada, na forma do artigo 150, do Regimento Interno, para a sessão de amanhã.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, para encaminhamento de votação, ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, o nobre Deputado Deni Schwartz, representante da região Sudoeste nesta Casa, apresenta requerimento solicitando providências da TELEPAR, com vistas à instalação de um mono-canal na localidade de Palmeirinha, Município de Itapejara do Oeste.

Quero alertar Sua Excelência e demais companheiros desta Casa, que já se encontra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto providenciado, junto à TELEPAR, há questão de três meses.

O Prefeito Municipal de Itapejara do Oeste, Sr. Rui Dalgolin entrou em contato com a Direção da TELEPAR, no sentido de instalar aparelhos telefônicos em localidades do Município de Itapejara do Oeste.

Discute-se apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se, é mais conveniente a instalação de um mono-canal naquela localidade, ou, se será possível a instalação de mais de um aparelho, tendo em vista a possibilidade da ampliação da linha de telefones do Município de Itapejara do Oeste. Conforme Sua Excelência o Sr. Deputado Deni Schwartz deve ter conhecimento, de vez que se encontra em construção a Central, com 100 aparelhos, na sede do Município de Itapejara do Oeste; conseqüentemente, será possível a TELEPAR atender a justa reivindicação dos moradores daquela localidade; neste caso, o mono-canal pleiteado, iria para outra localidade no Município de Itapejara do Oeste. Era este o esclarecimento que gostaria de pleitear ao declarar o meu voto favorável à justa aspiração de Palmeirinha e de Itapejara do Oeste. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, encarecendo providências no sentido de regularizar a situação do consumo de petróleo na região agrícola do Paraná. — **Em discussão.**

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja assegurado os direitos de todo e qualquer cidadão ser presumivelmente inocente até prova em contrário dentro dos ditames legais, observe-se o total cumprimento por parte de todos os Srs. Delegados de Polícia do Estado, do que está recomendado por ordem do Sr. Diretor da Polícia Civil, no Provimento n.º 05/78. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não era da nossa intenção voltar a esta tribuna tão cedo, mas o assunto merece especial atenção e antes de tocá-lo especificamente, uma homenagem especial à presença aqui de Heitor Alencar Furtado, filho de uma das grandes lideranças do Paraná, temporariamente extirpado, devido à arbitrariedade que se impôs ao País.

“Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado situacionista, Tuguio Setogutte, na última sessão, trouxe à apreciação desta Casa, importante assunto enfocando e encaminhando um pedido, para que, através da Diretoria da Polícia Civil, do Provimento 05/78, a todas as Delegacias de Polícia do Estado do Paraná.

Tal provimento determina aos senhores delegados que a identificação dactiloscópica fosse efetivada como última medida indetificatória do indiciado, obcecando-se dessa maneira, a ordem cronológica disposta no Artigo 6.º do Código de Processo Penal. O agravante é que tal identificação, além de humilhante para o indiciado, sofrendo constrangimento legal, processa-se em quatro vias: uma no Inquérito, outra no Instituto de Identificação, outra na Corregedoria da Polícia Civil e uma última para o Departamento de Polícia Federal em Brasília.

Evidencia-se pois a gravidade do assunto e que determina uma análise mais profunda da matéria, bem como de sua causa geradora.

Para tanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, buscamos rápidas posições de consagrados doutrinadores e juristas, bem como sugestões claras e ideais para equacionamento da questão.

1 — Não há a menor dúvida, de que expor o simples indiciado à identificação criminal, carimbando e fichando-o, sem

levar em conta a presunção de inocência até que efetivamente a culpabilidade seja provada, é ferir a dignidade do cidadão, constringendo-o a sofrer vexame desnecessário.

Vejamos as opiniões de expressivos pensadores da ciência jurídica que, com luzes sociológicas e histórico-culturais, dão concepção realística ao presente assunto.

O Professor Nilo Batista, advogado, do Rio de Janeiro, revistista de renome e hábil observador, em sua recente obra **DECISÕES CRIMINAIS COMENTADAS**, se pronunciou, dizendo:

“... há constringimento na imposição da medida inegavelmente vexatória que é a identificação datiloscópica, sempre que o indiciado seja civilmente identificado”.

E acresce, o professor:

“De fato, se a identificação datiloscópica se destina a tornar certa a identidade civil da pessoa física indiciada, e a requerer ao departamento competente sua folha de antecedentes penais, não há motivo razoável para a imposição da vexatória medida, quando possa o envolvido exhibir carteira de identidade, com o que se suprem ambos os objetivos. E continua o mestre Nilo Batista, citando **ESPÍNOLA FILHO**, que “o elemento primordial, para interpretação de todo preceito formal, é o fim prático a que visa, e o princípio da finalidade do ato, na teoria geral das nulidades, bem nos revela o grau de acerto dessa proposição”.

Conclui o citado professor: “... fazer identificar aquele que identificado está, para poder requerer aquilo que requerido já poderia ter sido, é operação que consiste, a uma, em perda de material e tempo de funcionários, e, a outra, em **ATO DE PURO ARBITRÁRIO**, ou surrealismo processual”.

Assim é que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inúmeras decisões dos Tribunais de Alçada do Rio de Janeiro, do Distrito Federal, do Tribunal Federal de Recursos e **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, foram, no sentido de que é desnecessária a identificação datiloscópica, se o acusado já possui identificação civil, sentenciando que tal exigência é puro constringimento ilegal.

No entanto, o **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, que por várias vezes, em decisões históricas, inclusive, muitas delas tendo como relator o consagrado **ALIOMAR BALEIRO**, entendendo este que é “supérflua e impertinente a repetição do ato de identificação datiloscópica”, acabou esse mesmo **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL** de tomar rumo oposto, numa posição condenável pela melhor doutrina e jurisprudência que se firmavam. E o STF decidiu em **SÚMULA n.º 568**, que a **IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL** não constitui constringimento ilegal.

Todavia, também aqui no Paraná, consagrados professores e notáveis juristas, identificam-se com a opinião doutrinária de que há **CONSTRANGIMENTO ILEGAL**, na identificação datiloscópica.

Entre estes, diz **RENÉ DOTTI**, em trabalho intitulado “Identificação Criminal e Presunção de Inocência”, publicado na Revista de Direito Penal — órgão oficial do Instituto de Ciências Penais do Rio de Janeiro: “... é forçoso reconhecer que a chamada presunção de inocência deve ser reconhecida como um princípio. Um princípio que assegure aos acusados um tratamento de gênero superior, limitando — não extinguindo ou eliminando — os efeitos negativos que o procedimento acarreta ao estado pessoal.

Chama a atenção, o ilustrado professor coestadano, que “A melhor direção consiste em fazer da presunção de inocência um verdadeiro princípio de fundo constitucional e que, por isso mesmo, transcende o quadro das presunções como assunto ordinariamente processual”.

Menciona, mais René Dotti — “é necessário que tal princípio seja reconhecido como um meio indispensável de controle à hipertrofia do “jus puniendi”.”

Em diversos documentos legislativos e declarações de princípios, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, em Bogotá, 1948; Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos — Nova Iorque — 1966; Convenção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais — Roma — 1950; Convenção Americana sobre Direitos Humanos, São José da Costa Rica, 1970; — todos, nestes documentos legislativos e cartas de princípios estão claras as necessidades pacíficas de determinação de que “a pessoa submetida a processo penal, presume-se inocente enquanto não for condenada”.

RENÉ DOTTI, afirma ainda, que juristas latino-americanos já consolidaram a doutrina internacional instituída em favor do “jus dignitatis” da pessoa do acusado, cujo reconhecimento é uma conquista dos tempos modernos — nomeadamente de após-guerra — como se observa pela disposição frontal da Constituição alemã ocidental, que diz: “A dignidade da pessoa humana é sagrada. Todos os agentes da autoridade pública têm o dever absoluto de a respeitar e proteger”.

E arremata o professor paranaense: “Se o Brasil foi um dos países signatários da Declaração Universal dos Direitos do Homem e a aprovou, entre outros, o princípio da **presunção de inocência**, está claro que esta norma se insere em nosso sistema processual por inferência de outro dispositivo constitucional pátrio, que dispõe “A especificação dos direitos e garantias expressos nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota” Com isso, há que se interpretar o artigo 6.º, inciso 8º, do Código de Processo Penal que faz esta determinação aqui condenada, de uma maneira a melhor buscar a sua causa final, e porque que surgiu este dispositivo.

É preciso então, colocar tal disposição legal dentro dos contornos de uma interpretação mais ampla, bem como se posicionar com mais respeito aos direitos do homem, das liberdades fundamentais, em homenagem à própria dignidade do acusado.

Aliás, outro consagrado professor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ilustre mestre Antônio Acir Breda, comentando o anteprojeto do Código de Processo Penal, no artigo “Notas sobre o anteprojeto do Código de Processo Penal, ao aludir a identificação criminal, expressou: “Quando o indiciado já possui identificação civil, pela repartição competente, a identificação datiloscópica, no inquérito policial, torna-se totalmente desnecessária, consoante, aliás, o entendimento da doutrina, constituindo, em verdade, típico constringimento ilegal contra o “status dignitatis” do indivíduo, na conformidade de inúmeros julgamentos”.

E, conclui o emérito professor — que nós tivemos a honra de tê-lo como mestre durante o nosso curso na Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná: conclui o professor “sugerimos que o anteprojeto inclua uma norma só permitindo a identificação datiloscópica se o indiciado não possuir, na repartição competente, identificação civil”.

E, por incrível que possa parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o referido anteprojeto do novo Código de Processo Penal que foi objeto de manifestação pela Câmara Federal, teve, por parte do Executivo — retirado de tramitação, sem justificativas convincentes e plausíveis.

Ante o exposto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vê-se que há toda uma luta de consagrados juristas e mesmo políticos, objetivando acabar com essa vexatória situação de um simples indiciado ter que passar por uma identificação datiloscópica. Com o gravame, e aí é que eu chamo a atenção dos Srs. Deputados e do Sr. Presidente, com o gravame de que tal identificação se faz em quatro fichas. Uma delas, pasmem os Srs. Deputados e Sr. Presidente, uma delas vai para o Departamento de Polícia Federal, em Brasília. Por que? Por que ir

uma ficha com o conhecimento jurídico anterior do indiciado e mais a circunstância de estar sendo suspeitado de transgressão atual? Por que uma ficha dessa ir à Brasília, se o indiciado é apenas indiciado? Um mero suspeito, e às vezes, nem isso.

E como bem diz o requerimento do Deputado situacionista, a grande e esmagadora maioria dos encaminhamentos de inquéritos policiais acabam inocentando o acusado.

Aí, é que chegamos ao núcleo da questão. Ao cerne do problema. Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos vivendo num estado policial. Numa Nação onde a repressão e os órgãos de segurança pretendem saber e vigiar todos os passos e o comportamento de qualquer cidadão.

E a ficha que vai para o Departamento da Polícia Federal, em Brasília, nada mais é, do que o dedo da prepotência que, em última análise, significa o pretexto de defender o Estado, suprimindo as garantias do cidadão, legislação de arbítrio em exercício. É o Estado leviatã em ação.

Assim sendo, é fundamental que seja extirpado da Legislação brasileira, a possibilidade de se utilizar a identificação datiloscópica para outros fins, não aqueles exclusivamente do feito processual.

E assim sendo, o Brasil, por ser subscritor da declaração Universal dos Direitos do Homem, honre o que assinou e acabe com esse absurdo jurídico e policialesco.

Além do mais, a remessa à Polícia Federal em Brasília causa outra consequência nefasta ao cidadão indiciado, mesmo que ele seja declarado ou sentenciado como Inocente, no transcurso ou no final do processo que foi instaurado, não há obrigatoriedade de quem remeteu a ficha comprometedora, em reabilitar o acusado, colocando-o em situação desagradável iníqua e altamente perniciosa.

Assim sendo, num respeito às declarações de princípios, universalmente aceitas e firmadas pelo Brasil, acatando o pensamento mais humano e inteligente dos cientistas jurídicos e advogados do dia a dia, numa demonstração de grandiosidade de espírito e de humanismo, solicitamos aqui, além da aprovação do requerimento do Deputado situacionista, que foi muito restrito, muito limitado no seu objetivo, mas que merece ainda assim, o nosso respeito e acatamento, nós queremos aqui encaminhar desde já o nosso desejo, de que além do simples encaminhamento do Provimento 5/78, por parte da Diretoria da Polícia Civil, a todas as Delegacias de Polícia do Estado do Paraná, seja atacada a causa geradora do grave problema, isto é, seja retirada essa determinação através de uma portaria da Polícia Federal, que manda que uma cópia da identificação datiloscópica seja remetida à Brasília, para cujas finalidades todos os Srs. Deputados e Sr. Presidente, devem saber, que fins pretendo.

E isso poderá ser feito, portanto, num momento breve que haveremos de aqui voltar, para pedir a retificação dessa parcela maligna do Dispositivo Processual Penal, do Inciso 8.º, do Artigo 6.º, que dá então esta possibilidade, de se utilizar de uma ficha que deveria ficar restrita ao inquérito policial, documento exclusivo da peça processual, e que não fosse utilizada para outros fins escusos, de uma arbitrariedade que se impõe no País.

Então, o nosso pedido é no sentido de que em breve, agora apoiando essa iniciativa restrita e limitadíssima, fosse a causa geradora desse problema, e que nós pudéssemos então vir aqui, em breve, solicitar que o requerimento fosse aprovado por esta Casa de Leis, para que o Congresso Nacional extirpe esta portaria maligna, prepotente, arbitrária que está causando intranquilidade a todos os brasileiros.

O Sr. Mário Celso — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento)

Eu gostaria de, em aparte ao pronunciamento de Vossa Excelência, cumprimentá-lo, pela maneira objetiva como abordou o assunto, realmente, trazendo explicações e pensamentos

de juristas, dos mais capacitados, gostaria de, ao mesmo tempo, também exaltar aqui, a figura do Dr. Mário Jorge, Presidente da Associação dos Advogados do Paraná, que nos mais diversos Congressos realizados pelo Brasil afora, tem debatido e levantado este assunto. Vossa Excelência veja que um caso real, ocorreu em São Paulo, com um cigano, João Francisco de Oliveira. Esse jovem foi preso, torturado e contra ele nem um processo sequer havia. Ele ficou 13 anos na prisão sem culpa, até que o Advogado Raimundo Nobre, acabou descobrindo esse rapaz que estava encarcerado, acabou liberando o jovem. Hoje existe um processo inclusive, de todas as maneiras contra o Estado, mas claro que esse processo não vai lhe devolver o tempo perdido na cadeia, o tempo de liberdade, e nem sequer, vai retirar esta ficha de identificação criminal. Então, como bem define o advogado Raimundo Nobre, é apenas mais uma consequência destes 14 anos de ditadura que criou uma verdadeira insolvência jurídica neste País. Parabéns.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte que veio engrandecer o nosso pronunciamento e eu, por uma questão de gratidão e respeito, devo dizer que não fiz referências especiais ao criminalista Mário Jorge, já que o pronunciamento e o requerimento do Deputado Tuguio, foi com base em trabalhos deste mesmo profissional. Mas, mesmo assim, fica aqui registrado o nosso respeito a todos os homens que, de espírito aberto, de honestidade de princípios, tenham em mente a volta às garantias individuais e, principalmente, o respeito aos direitos personalísticos da pessoa humana.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em discussão o requerimento.

O SR. NILSO SQUAREZI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Antes porém, eu gostaria de anunciar a presença, neste plenário, do ilustre Prefeito do Município de Matelândia, Roldão Senger.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De antemão, devo dizer que sou favorável ao objetivo buscado pelo requerimento, o qual seja, de que todos os Delegados de Polícia passem a observar o provimento do Diretor da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, eu não posso concordar com a justificativa do requerimento, principalmente quando esta justificativa falha na base. Não venho aqui defender a ditadura de Vargas, em absoluto, mas não posso, de maneira nenhuma, conscientemente, como advogado que na prática teve um caso concreto da utilidade da identificação datiloscópica, deixar passar esta justificativa, principalmente no seguinte trecho:

“... O que porem, estabelece revoltante contraste entre uma e outra época em torno deste direito, é a forma de Governos. Um, que editou as leis penais no pleno vigor de uma ditadura por mais de uma dezena de anos, grillhou e submeteu o homem e outro, o atual, que vem buscando com tanto empenho, mas ainda não conseguiu, em toda a sua plenitude, humanizar, adaptar à época àqueles que, embora sufocados pela reação de nosso povo em após-guerra, ainda continuam exercendo condenáveis processos aos direitos do homem.

E entre estes, o item 8.º, do artigo 6.º, do Código de Processo Penal.”

Quer dizer a justificativa do requerimento, que a exigência datiloscópica foi introduzida no Direito Brasileiro, pelo Código de Processo Penal, em 1941, que entrou em vigor em 1942, a partir de primeiro de janeiro, e, portanto, sob a ditadura de Vargas.

Srs. Deputados, isto não é verdade. E esta verdade deve ser corrigida porque, entre as atribuições que o Código de Processo Penal deu à nossa Polícia, pelo Código de 1942, foi atribuição que surgiu pela primeira vez da Polícia Judiciária, ou seja, aquela atribuição específica de autoridade policial,

- colher os indícios, as provas materiais do crime, reuni-las num processado, que é exatamente os autos do inquérito policial e remetê-las a juízo. Isto é exclusivamente o que diz o Código de Processo Penal.

Esta é uma exigência salutar. E cito aos Srs. um caso concreto que tive como advogado: um cidadão, vindo do Rio Grande do Sul, abandonou a mulher. Procurou trocar de identidade. Encontrou uma identidade, uma documentação e passou a adotar este nome. Acredito até que tenha furtado esta documentação. Falsificou a mesma e pôs a sua fotografia na carteira que tinha, de trabalho.

Passou a adotar uma identificação diversa da dele. Chegando em Pato Branco, este cidadão é preso pela Polícia, porque contra aquela pessoa que ele tinha encontrado os documentos, tinha um processo de prisão preventiva decretada. Preso este cidadão na Delegacia em Pato Branco, fui chamado para atendê-lo. E o cidadão me contou a seguinte estória, — Dr. este cara não sou eu. Eu sou outro!

— Mas meu filho, está aqui, mesmo pai e mesma mãe, mesma data de nascimento, é você!

— Isto eu falsifiquei, Dr., olhe bem os documentos; eu falsifiquei. E realmente averiguando, dava para se perceber alguma coisa que tinha sido muito bem feita a falsificação. E realmente, havia base nisto aí.

Então me lembrei e fui compulsando o processo, encontrei o boletim individual do réu e lá também as impressões digitais do mesmo. E foi através disso, que eu consegui soltar aquele cidadão. Porque requerendo ao Juiz que determinasse uma perícia, se constatou que a impressão digital daquele réu que respondia o processo, não eram as mesmas que tinha os documentos em mão.

Até por uma questão de polícia criminal, de segurança da sociedade, de individualização da pena, então, é necessária a identificação datiloscópica. Mas o Código do Processo Civil exige apenas essa identificação para que acompanhe o processo, para que o Juiz tenha em mãos então, quando fixar a pena ao indivíduo, ter a certeza de que está fixando para aquele cidadão.

Então, apareceu no processo brasileiro isto aí, não no Código de 1940, quando da Ditadura Vargas; mas apareceu no Brasil, no Código do Distrito Federal, logo após a Proclamação da República, em 1924, através do artigo 241 daquele Código, que dizia o seguinte:

“— Havendo prisão em flagrante, a autoridade, lavrado o respectivo auto, e de acordo com o disposto nos artigos 94 e seguintes deste Código, tomará por escrito, em auto-apartado, as declarações de pessoas que tenham conhecimento de circunstâncias que se relacionem ao fato. E juntado ao auto de prisão em flagrante, o auto de exame de corpo de delito, a individual datiloscópica do acusado, com sua folha de antecedente, quaisquer documentos que se relacionem com a infração e o auto a que se refere o número 1 do artigo antecedente. Dentro de oito dias, fará a remessa dos autos no juízo a cuja disposição passará o preso.

Então, na realidade, eu me rebelo contra essa justificativa que procura me parece até, maldosamente, atribuir a uma outra ditadura anterior, a prática maldosa dessa identificação indiscriminada. Porque, na realidade, a responsabilidade dessa identificação ilegal, a abusiva, polícialasca, se deve ao atual Governo. Lamentavelmente, se deve ao atual Governo.

Em 18 de outubro de 1973, a Polícia Federal baixou uma portaria inconstitucional, ilegal e abusiva, e através desta portaria, é que se exige hoje que se identifique todo o cidadão que tem qualquer passagem por uma Delegacia de Polícia. Porque o Código exige só naqueles casos em que haja inquérito e que esta identificação vá junto com os autos ao Juiz, só isso; absolutamente isso. O Código não exige que fique à disposição da Polícia Federal, que fique à disposição dos delegados de

Polícia.

Esta prática, meus amigos, se deve à atual ditadura. E não à anterior.

E portanto, esta correção deveria ser feita. E a propósito disso, o nosso Tribunal Federal de Recursos já se manifestou. Tem um julgado aqui:— “O Artigo 6.º, do Código de Processo Penal, não deve ser seguido sem uma justificação lógica. Se o indiciado possui carteira civil de identidade, não se faz preciso identificá-lo criminalmente, tanto mais quando a Polícia Federal aplica a Portaria 666, cujas normas contrariam a lei e aviltam a pessoa do réu. Este sempre foi pensamento da maioria dos juristas e juizes brasileiros. Dita portaria representa, na essência, uma diminuição para o ser humano, não correspondendo ao objetivo da lei, nem tem qualquer utilidade. Assim é de ser confirmada a ordem de “habeas corpus”, concedida para a dispensa desta exigência policial. E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda na semana passada entrou, no Congresso Nacional, um projeto de lei para extinguir o SNI. Porisso, Sr. Presidente, acredito que se discute aqui uma coisa, talvez, bem no fundo, até redundante, porque na essência, o Código de Processo Penal não permite que se faça essa identificação abusiva como a Polícia faz, fotografia que a Polícia tira, isso o Código do Processo Penal não exige; exige, a impressão digital exclusivamente.

Mas, é bom dizer aqui a argumentação do porquê que se está pedindo o fim do SNI. (Lê): “De acordo com a proposição, os funcionários pertencentes ao SNI, serão redistribuídos pelos outros órgãos da administração pública. Estabelece ainda o projeto do Deputado Adhemar Santillo que o patrimônio existente no SNI, por ocasião de sua extinção, será igualmente redistribuído, devendo ser remetidos ao Arquivo Nacional seus documentos administrativos.

“Justificando o projeto, Adhemar Santillo afirma que, o SNI “transformou-se numa verdadeira polícia política, a controlar a vida dos cidadãos, através da formação de um fichário clandestino, que se presta a todo o tipo de acusação infamante, desconhecida dos próprios interessados”. Ele acha que a extinção do SNI, “não afetaria a segurança nacional”.

“O Senador Humberto Lucena, também apresentará projeto de lei extinguindo o SNI, sob a alegação de que “sua existência não tem mais razão de ser, depois da extinção do AI-5, pois foi um órgão nascido do regime de exceção”. Lembrou, ainda, que cada uma das Forças Armadas conta com seus serviços de informações, o que torna o SNI “plenamente dispensável”.

Porisso, Sr. Presidente, ao votar favoravelmente ao requerimento, pretendi discutir a sua justificativa, porque ela é falha, ao pretender atribuir que a introdução da exigência datiloscópica foi feita em 1941 pelo Código do Processo Penal, quando não é verdade. Isso apareceu em 1924, no Código do Distrito Federal, naqueles casos em que o réu se encontrasse preso. E o próprio Código de Processo Penal exige tão somente que essa identificação datiloscópica acompanhe os autos do inquérito e fique arquivada nos autos e não à disposição da Polícia, como é feito. Esta prática é feita pela Portaria 666, da Polícia Federal, de 18/10/1973.

Portanto, endosso as palavras do Deputado Nelson Friedrich, que disse pretender apresentar aqui um requerimento para que a Assembléia peça ao Congresso Nacional para que realmente extermine com esta Portaria da Polícia Federal. Essa, como diz a jurisprudência, é arbitrária, é contra o homem; se um simples homem tiver a desventura de ser fichado, hoje, numa delegacia de polícia, estará fichado em Brasília.

E nós temos assistido na prática, que pessoas até vindas de outros Estados, quando precisam de antecedentes criminais, se não tiveram o cuidado de, naqueles processos em que foram envolvidos, requerer o silêncio, depois de uma tramitação morosa, para que aquela ficha seja expungida do fichário da Polícia

Federal, essas pessoas ficam impossibilitadas de ter um atestado de antecedentes criminais.

Porisso, eu me congratulo com o Deputado Tuguio, que trouxe à Casa um assunto importante. Mas, não concordo — acredito que laborou em erro —, com esta afirmação, de que isso foi fruto da Ditadura de Vargas,

A ditadura que introduziu esta prática, porque ela é ilegal, foi a atual.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em discussão. Encerrada a discussão.— Em votação.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade aos garis da cidade de Curitiba, pelo movimento reivindicatório de aumento sem seus vencimentos, equivalentes a três salários mínimos mensais.—

Em discussão.— Encerrada a discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência, que proceda a leitura do requerimento ora em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere. (É procedida a leitura do requerimento)

Em votação.— **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 142 e 193/78.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 52 e 166/78.

Levanta-se a sessão.